

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **MOBILIÁRIO EM GERAL**, para a Escola Municipal Dona Guiomar de Almeida da Silva, para substituição daqueles já deteriorados, proporcionando melhor atendimento e segurança aos servidores e alunos daquela instituição de ensino.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO
1	UN	3	ESTAÇÃO DE TRABALHO (1,50X0,60) MDP 15MM COR CINZA
2	UN	3	GAVETEIRO 2 GAVETAS C/ TRANCA EM MDP 15MM COR CINZA
3	UN	1	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR (PÉ QUADRADO) MDP 40 MM COR CASTANHO C/ PRETO 2,70X1,00X0,74
4	UN	3	ARMARIO PA 120, CHAPA + REFORÇADA 1,20 (1,98X1,16X0,40) CHAPA 22 COR CINZA
5	UN	3	ARMARIO P/ PASTA SUSPENSE REFORÇADO, 4 GAVETAS (1,33X0,47X0,60) CHAPA 22 COR CINZA
7	UN	1	LONGARINHA EXECUTIVA 3 LUGARES SEM BRAÇO CURVIM
8	UN	4	CADEIRA EXECUTIVA BASE BACK SYSTEM BRAÇO DIGITADOR CURVIM (ERGONOMICA)
9	UN	1	CADEIRA EM S DIRETOR COM BRAÇO CORSA CURVIM
10	UN	1	QUADRO BRANCO C/ MOLDURA 410X 110 M
11	UN	2	AR CONDICIONADO DE 12 MIL BTUS
12	UN	1	AR CONDICIONADO DE 30 MIL BTUS
13	UN	12	CADEIRAS POLIPROPILENO E FIBRA DE VIDRO VERMELHO
14	UN	2	MESA 3,00X1,00 P/ 12 CADEIRAS EM MDF 15 MM, C/ PE DE METALON C/ RODINHAS
15	UN	1	FRIEEZER 231 L VERTICAL

2. DA ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os produtos devem atender os requisitos especificados no objeto.

2.2. A empresa vencedora do certame deve entregar os produtos adjudicados até 45 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento, em local designado pela Secretaria Municipal de Educação.

3. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Prazo de vigência da contratação é inicialmente de 180 dias, a partir do termo de adjudicação, podendo ser prorrogado conforme os termos da Lei 14.133/2021.

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A aquisição dos móveis pra escola municipal, atenderá a necessidade de mais espaço pro arquivamento de documentos, mais organização na preservação dos alimentos servidos aos alunos e a substituição dos móveis que apresentam danos e conseqüentemente risco a segurança de todos, com isso promoverá um espaço de mais acolhimento e otimização tanto pros alunos, quanto para os funcionários.

5. CLASSIFICAÇÃO E CRITERIOS DE SELEÇÃO

5.1. Os produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação

de compras e serviços, nos termos do Art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo para entrega dos itens mencionados no objeto é de até 45 dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento, em local designado pela Secretaria Municipal de Educação.

6.2. Os produtos devem ser entregues rigorosamente de acordo com as especificações do termo de referencia, sujeito a devolução caso venha divergente.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos Serviços/Produtos com as especificações constantes no termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre falhas ou irregularidades verificadas no objeto;

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor conforme acordados entre as partes na proposta;

7.2. A Administração pública não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesse termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Prestar os serviços conforme especificações, prazo e designações feitas pela Secretaria Municipal de Educação, referente o objeto constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os produtos que não atendam;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a realização dos serviços, os motivos que impossibilitem a realização dos serviços, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.1.6. Deverá ainda a contratada estar a disposição da contratante

no que tange ao objeto, e ainda agir na realização dos serviços com eficiência e presteza.

9. DA GARANTIA

9.1. A empresa contratada deverá garantir a entrega dos produtos nos prazos solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, no que tange aos dizeres do objeto.

10. REQUISITOS DA HABILITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021;

10.2. Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

10.2.1. inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.3. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.2.4. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.2.5. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Secretaria Municipal de Administração à continuidade do contrato.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O Servidor lotado como Secretário Municipal de Educação, será designado como fiscal e gestor da contratação, responsável por: acompanhamento da qualidade, quantidade, realizar a liquidação, atestar a nota fiscal e solicitação de pagamento, e, ainda, a responsável para acompanhar os processos os ritos processuais do fluxograma de realização de despesa pública adotado pelo Município.

12.2. O representante será responsável por acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços/produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento da presente Prestação dos serviços serão pagos mediante apresentação de nota fiscal e aceite do fiscal/gestor do contrato;

13.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

13.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os Preços poderão sofrer reajuste nos moldes da Lei 14.133/21.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações designadas no Art. 155 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021;

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, na classificação:- **4.4.90.52.00. FICHA 217, FONTE 119.**

- MANUTENÇÃO DO FUNDEB - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.

Adelândia, Goiás, 19 de Novembro de 2024.

Lucivânia Dias Mendes
Secretaria Municipal de Educação
Adelândia-Go

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO: 1454/2024

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONSUMIDOR: Fundo Municipal de Assistência Social de Adelândia-Go.

LICITANTE: _____ CNPJ _____

E-MAIL _____ TEL. (____) _____ CELULAR: (____) _____

ENDEREÇO: _____

CONTA CORRENTE: _____ AGÊNCIA: _____ BANCO: _____

ITEM	PRODUTO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
4						
5						
6						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ ____ (_____)

DATA: _____

EFICÁCIA DA PROPOSTA: _____ Dias.

PRAZO DE ENTREGA: _____

NOME DO REPRESENTANTE _____ CPF: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL: _____